

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A
CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO**

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERI-
CANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A
CULTURA – OEI**



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
AO LONGO DA VIDA
CONFINTEA BRASIL+6**

BRASÍLIA 25 A 27 DE ABRIL – 2016

**RELATÓRIO DA MESA SIMULTÂNEA –
ORGANISMOS INTERNACIONAIS
METODOLOGIA, CONCLUSÕES E SUGESTÕES**

**BRASÍLIA - BRASIL
MAIO - 2016**

**MESA SIMULTÂNEA – ORGNISMOS INTERNACIONAIS
EXPOSIÇÃO SOBRE A METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO
DA MESA E SOBRE AS CONCLUSÕES PRODUZIDAS
PELOS GRUPOS TEMÁTICOS**

S U M Á R I O

Introdução

1. Objetivos da Mesa

2. Metodologia de Trabalho da Mesa

2.1. A Dinâmica Metodológica

2.2. A Identificação das Forças de Interveniência

2.3. Apresentação das Forças de Interveniência

2.4. Composição dos Grupos Temáticos

3. Conclusões Elaboradas pelos Grupos de Discussão

3.1. Grupo Temático - Governos

3.2. Grupo Temático – Redes de ONGs e sociedade civil

3.3. Grupo Temático - Academia

3.4. Grupo Temático - Organismos Internacionais

4. Síntese a Título de Conclusão

4.1. Condições Positivas Identificadas como de Maior Relevância
pelo seu Potencial de Interveniência Estimuladora

4.2. Comentários Críticos sobre as Condições Positivas Indicadas

4.3. Condições Negativas Identificadas como de Maior Relevância
pelo seu Potencial de Interveniência Restritiva

4.4. Comentários Críticos sobre as Condições Negativas Indicadas

5. Proposições para Atuação Imediata

Anexo I – Lista de Participantes

Introdução

No contexto programático do *Seminário Internacional de Educação ao Longo da Vida e Balanço Intermediário da VI CONFINTEA no Brasil* foi organizada a *Mesa Simultânea – Organismos Internacionais* como espaço de reflexões e diálogos sobre as interveniências na execução das ações destinadas ao avanço e fortalecimento da educação – formal e não formal – de jovens, adultos e idosos nos países latino-americanos.

Na formulação dos conteúdos temáticos e na definição da metodologia de funcionamento desta Mesa considerou-se, como referencial básico, um dos objetivos primordiais do Seminário: “conclamar a união de todas as forças para se repensar a educação de pessoas jovens, adultas e idosas, sob as mais diversas perspectivas” (Agenda Confinteia Brasil+6, Carta do Secretário, p. 21).

A partir deste enfoque, as representações da UNESCO e da OEI no Brasil organizaram a Mesa com o propósito específico de identificar, discutir e apresentar as forças - estimuladoras e restritivas - que exercem interveniência nas ações concretas dos governos nacionais nas áreas de educação de jovens, adultos e idosos. A mesa contou com a presença de representantes de governos nacionais, de organizações internacionais, de instituições de ensino superior, de redes de ONGs e da sociedade civil (ver Anexo I).

Para a consecução de tal propósito, a modalidade metodológica utilizada deveria estar fundamentada nos princípios da participação e da dialogicidade. Foi sob essa visão participativa e dialógica que se definiu a metodologia da Mesa, bem como a organização dos trabalhos individuais, coletivos e a estruturação dos grupos temáticos.

Por intermédio dessa metodologia foi possível viabilizar o amplo envolvimento de todos os participantes da Mesa que, individual e coletivamente, expressaram suas posições técnicas e políticas relacionadas às temáticas discutidas. Importante destacar dois aspectos psicossociais que predominaram no desenvolvimento dos trabalhos realizados. O primeiro, referente à individualidade dos participantes, relevou uma manifesta espontaneidade durante suas participações em grupo e em plenária. Isso demonstrou a naturalidade e a descontração que persistiram durante todo o tempo de realização da Mesa. O segundo aspecto está ligado ao senso de respeito e deferência que o grupo evidenciou ao tratar posições divergentes ou conflitantes surgidas durante as discussões e apresentações.

Com o propósito de socializar a modalidade metodológica utilizada, como também os produtos gerados pela Mesa, estão relacionados a seguir:

- os objetivos;
- a metodologia;
- as conclusões formuladas/apresentadas;
- síntese a título de conclusão e;
- recomendações para uma atuação dos países.

1. Objetivos da Mesa

Os conteúdos temáticos e os processos metodológicos utilizados para a realização desta Mesa foram definidos no sentido de se obter os objetivos relacionados a seguir.

- ✓ Discutir e compartilhar conhecimentos sobre contextos institucionais, administrativos e operacionais que condicionam a ampliação e a consolidação da educação de jovens, adultos e idosos nos países da América Latina.
- ✓ Identificar, relacionar e apresentar as forças estimuladoras e restritivas (positivas e negativas) que atuaram ou atuam para impulsionar ou dificultar a realização e a implantação de políticas e programas relacionados à educação de jovens, adultos e idosos nos países latino-americanos.

2. Metodologia de Trabalho da Mesa

2.1. A Dinâmica Metodológica: o processo metodológico foi concebido no sentido de proporcionar aos participantes dois momentos distintos de trabalho: (i) o reflexivo individual e, (ii) o discursivo coletivo.

- ✓ ***Reflexivo Individual:*** refere-se ao momento em que cada participante pôde elaborar, individualmente, o seu posicionamento sobre o tema em foco. Tratou-se, portanto, da oportunidade que os participantes tiveram de pensar e posicionar-se, considerando, exclusivamente, sua base cognitiva, sua experiência técnico-profissional e suas crenças pessoais quanto às temáticas abordadas.

- ✓ ***Discursivo Coletivo:*** trata-se do período em que as ideias/posições individuais foram submetidas ao grupo, discutidas, comparadas e avaliadas. E, a partir dessas discussões e do compartilhamento de conhecimentos, as ideias individuais consubstanciaram a construção dos posicionamentos dos grupos quanto aos conteúdos postos em discussão.

2.2. A Identificação das Forças de Interveniência: durante o momento de discursivo coletivo, os componentes de cada grupo registraram as condições estimuladoras (positivas) e as restritivas (negativas) intervenientes às ações concretas. Ficou estabelecido, previamente, que os termos “condições positivas” e “condições negativas” seriam quaisquer situações humanas, decisórias, legais, organizacionais, financeiras, infraestruturais que atuaram ou atuam como forças concretas para impulsionar e estimular a realização real de ações ou, ao contrário, tratando-se das negativas, dificultar, reduzir ou mesmo impedir a realização dessas ações nas áreas legal-institucionais, cognitivas, técnicas e operacionais relacionadas às políticas de educação de jovens, adultos e idosos - EJA. Ao final dos trabalhos em grupo estavam concluídas as listas que relacionavam as condições impulsoras e restritivas.

2.3. Apresentação das Forças de Interveniência: cada grupo temático indicou um relator que apresentou suas respectivas listas com comentários críticos oriundos das discussões. Nesta fase, os relatores expuseram o esforço feito para relacionar aspectos que fossem comuns aos diversos países representados no grupo. Alguns dos relatores comentaram que, pela excessiva diversidade das situações nacionais, não fora possível identificar apenas condições comuns, portanto, várias daquelas relacionadas poderiam tratar-se de situações nacionais específicas. Importante destacar que, após as apresentações dos relatores, as discussões ocorreram em plenária com a participação livre de todos. Nesta plenária foi possível ampliar o entendimento sobre as condições intervenientes relacionadas e, também, verificar, mesmo sem maior aprofundamento, alguns fundamentos e perspectivas futuras da EJA em alguns países.

2.4. Composição dos Grupos Temáticos: no sentido de proporcionar maior integração entre os participantes foram organizados grupos temáticos cujos componentes estavam associados segundo a natureza de suas atividades atuais. Assim, os participantes da Mesa se integraram em quatro grupos assim denominados: *Governos, Redes de ONGs e sociedade civil, Academia e, Organismos Internacionais.*

3. Conclusões Elaboradas pelos Grupos de Discussão

Os produtos dos trabalhos em grupo – no momento discursivo coletivo da Mesa – foram duas listas com as condições estimuladoras/positivas e restritivas/negativas. Estão relacionadas a seguir as listas correspondentes a cada grupo temático.

3.1. GRUPO TEMÁTICO 1 GOVERNOS

a) Condições Positivas

- ✓ Reconhecimento da importância das políticas públicas de EJA na promoção de maior visibilidade destas políticas.
- ✓ Consideração e aceitação, pelo Ministério da Educação, da ampla diversidade entre as famílias.
- ✓ Adequação de processo para a construção de currículos flexíveis, pertinentes e abertos.

b) Condições Negativas

- ✓ Falta de prioridade atribuída à EJA - caráter estrutural e conceitual.
- ✓ Insuficiência no financiamento, refletindo a necessidade de aumentar a prioridade atribuída à EJA.
- ✓ Precariedade dos espaços de formação docente/educadores.
- ✓ Ausência de sistemas de informação, monitoramento e avaliação nacionais e internacionais.
- ✓ Insuficiência do *Sistema de Acreditação de Saberes*.
- ✓ Existências de brechas que reduzem os acessos às tecnologias.
- ✓ Falta de significado da Educação na vida cotidiana, colocando em relevo as indagações: (i) qual o significado da EJA para a vida? (ii) O que aprender e para que aprender? (iii) Há necessidade de rever os paradigmas educativos? (iv) A educação deve estar engajada na construção de sistemas democráticos?

3.2. GRUPO TEMÁTICO 2

REDES DE ONGS E SOCIEDADE CIVIL

a) Condições Positivas

- ✓ Possibilidade de construir um novo sentido, uma nova percepção e um maior entendimento sobre “o que” e “o porquê” de nossas falas e de nossas práticas quanto à EJA.
- ✓ Condições propícias que permitem pensar em novas estratégias e novas políticas que atendam com maior eficácia a EJA.
- ✓ Existência de *boas práticas* e de consciência coletiva quanto à necessidade de socializá-las, mesmo considerando as diversidades existentes entre os países da América Latina.
- ✓ Existência consolidada de organismos da sociedade civil, organizados em rede, o que potencializa as ações e, simultaneamente, subsidia o crescimento e a aprendizagem conjuntos das práticas desenvolvidas em cada país.
- ✓ Maior aceitação e entendimento da importância em se incluir, nos programas e práticas da EJA, as perspectivas multiculturais – gênero e etnia por exemplo.
- ✓ Existência de marcos normativos e de instrumentos jurídicos, incluindo o *Marco de Belém*, o que tem facilitado a linguagem e o estabelecimento de vínculos com as redes.
- ✓ Ampliação do acesso a novas tecnologias, mesmo levando-se em conta que esse acesso permanece ainda insuficiente e, também, que as inovações tecnológicas carecem de maior contextualização.

b) Condições Negativas

- ✓ Inexistência de vontade política quanto às políticas de EJA, mesmo considerando que tal vontade dos governantes constitui uma variável dependente de cada país.
- ✓ Dificuldade na compreensão de que a EJA deve estar inserida no enfoque de Direitos Humanos.

- ✓ Reduccionismo na visão das pessoas jovens, adultas e idosas quanto aos programas de EJA, dificultando a introdução e uso de abordagens relacionadas à visão holística de formação humana e às concepções teóricas e práticas da Educação Popular.
- ✓ Manutenção da EJA como ação governamental secundária entre as políticas nacionais dos países, salvo as ligadas à juventude.
- ✓ Falta de recursos financeiros em relação à ampla demanda de EJA na maioria dos países latino-americanos.
- ✓ Carência de sistemas de informações que permitam a sistematização, o tratamento e o armazenamento de dados e informações indispensáveis à pesquisa e à tomada de decisões.
- ✓ Existência de diferentes formas e critérios para o estabelecimento de parâmetros e indicadores estatísticos o que pode provocar distorções e falta de fidedignidade dos dados e de suas sequências históricas.
- ✓ Ausência de participação dos diversos atores na definição das políticas públicas (fala-se da sociedade civil de forma ampla incluindo os camponeses e vulneráveis).
- ✓ Manutenção de ideais e ideias discriminatórias em relação a gênero, raça, etnia nos currículos, textos e materiais de ensino-aprendizagem.
- ✓ Falta de profissionalização dos educadores.
- ✓ Permanência das necessidades de melhorias nas condições de trabalho dos educadores.
- ✓ Insuficiência dos conhecimentos e dos interesses de agentes públicos quanto à importância da educação, em especial da EJA.
- ✓ Falta de coerência entre os acordos de governos com organismos internacionais e a maneira em que estes se concretizam e se inserem nas políticas nacionais.
- ✓ Falta de estruturas organizacional e institucional para que os acordos de cooperação técnica internacional mantenham sintonia com as demandas e condições dos países.
- ✓ Falta ou insuficiência de projetos de cooperação internacional nas áreas relacionadas à EJA.

3.3. GRUPO TEMÁTICO 3 ACADEMIA

a) Condições Positivas

(Sem Registros)

b) Condições Negativas

- ✓ Persistência de níveis insuficientes de crescimento da EJA nos últimos 25 anos.
- ✓ Manutenção das condições que dificultam ou impedem a EJA de se instalar como um dos direitos inerentes à pessoa.
- ✓ Falta de participação das pessoas nas decisões políticas e nos próprios eventos realizados.
- ✓ Falta de clareza e convergência teórico-conceitual em relação aos dois termos referenciais da EJA: aprendizagem ao longo da vida e Educação Popular.
- ✓ Redução do conceito de sociedade civil, que passa a ser entendida, por muitos, como simples ONG.
- ✓ Insuficiência da ação cooperativa de organismos internacionais na explicitação e na convergência conceitual referente à terminologia utilizada nas políticas e programas de EJA.
- ✓ Deficiência no cumprimento dos acordos dos governos com organismos internacionais.

3.4. GRUPO TEMÁTICO 4 ORGANISMOS INTERNACIONAIS

a) Condições Positivas

- ✓ Clareza nas definições de EJA e de alfabetização expressas no marco de ação de Belém, proporcionando uma agenda comum.

- ✓ Maior visibilidade da EJA na agenda dos ODS, apesar de sua centralidade.
- ✓ Existência de programas com elevada qualidade técnica e que estão em fase de implementação.
- ✓ Utilização de instrumentais de monitoramento a partir do GRALE (Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos).
- ✓ Reconhecimento de que o monitoramento utilizado representa um eficiente exercício de autoavaliação e, portanto, deve integrar informes da sociedade civil.
- ✓ Existência de processos que possam incrementar os marcos normativos e legais.
- ✓ Existência de uma maior cooperação entre organismos internacionais e a sociedade civil, por exemplo, o desenvolvimento de um observatório, glossário, e PIA da OEI.

b) Condições Negativas

- ✓ Reduzida continuidade na implementação de programas de qualidade comprovada devido, principalmente, às mudanças nos contextos gerenciais, programáticos e administrativos dos ministérios.
- ✓ Insuficiente reconhecimento de saberes.
- ✓ Excessiva generalidade e dispersão dos indicadores gerados pelo GRALE não permitindo, com isso, a identificação precisa de obstáculos estruturais.
- ✓ Insuficiência de recursos para o financiamento de programas e projetos de cooperação internacional.
- ✓ Falta de transversalidade e de intersetorialidade.
- ✓ Falta de conhecimento e apropriação quanto aos diferentes níveis de analfabetismo, mantendo, com isso, a prejudicial visão dicotômica.
- ✓ Diversidade e indefinições na geração, tratamento e comparação de dados e informações sobre educação, dificultando a utilização generalizada dos relatórios estatísticos.

4. Síntese a Título de Conclusão

Para auxiliar a formação de uma ideia central/referencial sobre os produtos gerados pelos componentes da Mesa foi feita, pelos técnicos da UNESCO e da OEI, responsáveis pelos trabalhos, uma análise interpretativa que pode contribuir como gerador de orientações a novas discussões.

Para essa análise foram consideradas três fontes de informações. A primeira refere-se aos conteúdos das listas com as condições positivas e negativas; em seguida utilizaram-se as ênfases dadas pelos relatores em suas apresentações e explicações sobre as condições listadas. A terceira fonte de informação, que serviu de base a análise interpretativa, foram os temas mais abordados nas discussões em plenária.

Como resultados desse esforço analítico estão descritas a seguir as condições que, pelo posicionamento individual e coletivo dos participantes da Mesa, parecem representar os elementos com maior potencial de positividade ou de negatividade nos contextos programático e executivo relacionados às políticas públicas de EJA.

4.1. Condições Positivas Identificadas como de Maior Relevância pelo seu Potencial de Interveniência Estimuladora

- a. Condições propícias que permitem pensar em novas estratégias e novas políticas que atendam com maior eficácia a EJA.
- b. Existência de *boas práticas* e de consciência coletiva quanto à necessidade de socializá-las, mesmo considerando as diversidades existentes entre os países da América Latina.
- c. Existência de marcos normativos e de instrumentos jurídicos, incluindo o *Marco de Belém*, o que tem facilitado a linguagem e o estabelecimento de vínculos com as redes.
- d. Ampliação do acesso a novas tecnologias, mesmo levando-se em conta que esse acesso permanece ainda insuficiente e, também, que as inovações tecnológicas carecem de maior contextualização.
- e. Existência de programas com elevada qualidade técnica e que estão em fase de implementação.

4.2. Comentários Críticos sobre as Condições Positivas Indicadas

Se se comparar as duas listas elaboradas pelos grupos temáticos da Mesa verifica-se que as forças negativas são, substancialmente, maiores que as positivas. Evidentemente, tal situação pode indicar que existem maiores restrições e obstáculos que estimulações aos processos de formulação e implantação de políticas de EJA na América Latina.

A simples comparação entre os dois conjuntos de condições conduz, sem dúvida, a essa conclusão, por vezes, desalentadora para quem atua determinada e efetivamente em EJA. Contudo, ao se observar detalhadamente a significação essencial das condições positivas, verifica-se a existência de um contexto que pode intensificar as forças positivas existentes.

De acordo com os comentários dos relatores e pelas posições expressas em plenária, existem, atualmente, na maioria dos países, condições favoráveis à concepção de novas estratégias e de novas políticas em EJA. Igualmente existem marcos normativos e instrumentos jurídicos capazes de respaldar a formação de redes interativas em âmbitos nacional e internacional.

Em função da proeminência dessas condições positivas, parece viável a construção de processos políticos e técnico-operacionais facilitadores da expansão e consolidação da EJA na América Latina. Importante ressaltar que, a ação positiva dessas forças, apresentadas pelos grupos, revela a possibilidade de mudanças e atualizações, pois uma dessas forças refere-se, especificamente, à “existência de programas com elevada qualidade técnica e que estão em fase de implementação”.

4.3. Condições Negativas Identificadas como de Maior Relevância pelo seu Potencial de Interveniência Restritiva

- a. Ausência de sistemas de informação, monitoramento e avaliação nacionais e internacionais.
- b. Falta de significado da Educação na vida cotidiana, colocando em relevo as indagações: (i) qual o significado da EJA para a vida? (ii) O que aprender e para que aprender? (iii) Há necessidade de rever os paradigmas educativos? (iv) A educação deve estar engajada na construção de sistemas democráticos?

- c. Reduccionismo na visão das pessoas jovens, adultas e idosas quanto aos programas de EJA, dificultando a introdução e uso de abordagens relacionadas à visão holística de formação humana e às concepções teóricas e práticas da Educação Popular.
- d. Carência de sistemas de informações que permitam a sistematização, o tratamento e o armazenamento de dados e informações indispensáveis à pesquisa e à tomada de decisões.
- e. Existência de diferentes formas e critérios para o estabelecimento de parâmetros e indicadores estatísticos o que pode provocar distorções e falta de fidedignidade dos dados e de suas sequências históricas.
- f. Falta de coerência entre os acordos de governos com organismos internacionais e a maneira em que estes se concretizam e se inserem nas políticas nacionais.
- g. Insuficiência da ação cooperativa de organismos internacionais na explicitação e na convergência conceitual referente à terminologia utilizada nas políticas e programas de EJA.
- h. Diversidade e indefinições na geração, tratamento e comparação de dados e informações sobre educação, dificultando a utilização generalizada dos relatórios estatísticos.

4.4. Comentários Críticos sobre as Condições Negativas Indicadas

Ao se analisar o conjunto de forças restritivas listadas pelos grupos, verifica-se que elas intervêm, negativamente, em três áreas relacionadas à EJA. Considerando-se os comentários dos participantes, a negatividade dessas forças de restrição está manifesta nas áreas: (i) abordagens teórico-conceitual; (ii) tecnologias da informação e comunicação; (iii) cooperação técnica internacional.

Segundo vários relatos de participantes, a falta de sintonia e coesão quanto às abordagens teórico-conceituais utilizadas, tem constituído um poderoso empecilho à aceleração dos processos de ampliação e melhoria da EJA na América Latina. Além disso, foi citado outro fator limitante aos processos técnicos e gerenciais relacionados à EJA como a dificuldade de se introduzir novas concepções teóricas fundamentadas na visão holística de formação humana e nos conceitos e práticas da Educação Popular.

Os participantes da Mesa destacaram também as dispersões e variabilidades de parâmetros e indicadores relacionados e à debilidade ou falta de sistemas de gestão da informação. Essa situação, segundo os relatos, causa dificuldades para que os sistemas digitais se integrem ou se comuniquem de forma sistêmica. Na visão apresentada por vários expositores, tais dificuldades, aliadas à falta de coordenação entre as instituições, impedem a formação de redes informatizadas entre os países e, com isso, impossibilitando a ampliação de meios comunicativos para a troca de experiências e, até mesmo, para a divulgação de experiências consideradas *boas práticas* ou *de sucesso* nas áreas de EJA.

Ficaram também evidentes, nas condições negativas listadas e nas falas de apresentação e discussão, algumas dificuldades quanto à plena inserção dos acordos de cooperação técnica internacional nas políticas nacionais. Segundo os participantes, há falta de coerência programática dos acordos e, também, uma reduzida sustentabilidade de suas ações, o que tem provocado restrições à incorporação dos resultados ao contexto interno das administrações públicas.

Mesmo tomando-se por base apenas as listas e os comentários dos participantes, portanto, sem aprofundamento em bases documentais, é possível concluir a existência de uma sinergia entre as forças negativas identificadas. Cada uma delas mostra-se complementar e simultânea às demais, de forma que, a existência de uma condiciona a presença de outras, mantendo-se, assim, um ciclo de forças recíprocas e sucessivas. É evidente que, se se mantiver a continuidade desse ciclo de restrições, as mudanças necessárias e urgentes quanto às abordagens teórico-conceituais, às tecnologias da informação e comunicação, aos sistemas de gestão da informação e à cooperação técnica internacional poderão seguir de forma excessivamente lenta. Ou seja, as negatividades das condições listadas por certo permanecerão presentes no cotidiano dos Estados nacionais latino-americanos e, talvez, essas mesmas questões farão parte de programas e discussões de outros eventos nacionais e internacionais sobre EJA.

5. Proposições para Atuação Imediata

5.1. Proposições Concretas de Atuação

Na perspectiva de atuar para cooperar, inerente à atuação da UNESCO e da OEI, estão apresentadas a seguir algumas sugestões que poderão ser úteis aos dirigentes, intelectuais, docentes e técnicos que atuam em EJA na América

Latina. Ressalte-se que, a intenção é de apenas indicar ações que possam ser prontamente realizadas em cada país, a partir do interesse, da disposição e do envolvimento de pessoas-chave - os *stakeholders* - ligadas à gestão, aos processos técnico-científicos e ao planejamento/avaliação das políticas e programas de EJA.

Ficam bem evidentes, ao se analisar as conclusões da Mesa, que duas forças contrapostas se apresentam como realidades atuantes nos países latino-americanos. De um lado estão as constatações dos participantes de que há reais possibilidades de mudanças e, também, de que existem condições favoráveis à concepção de novas estratégias e de novas políticas em EJA. O relato e a indicação da existência, nos dias atuais, de programas com elevada qualidade técnica, representa um comprovante importante dessas constatações. Já, de outro lado, estão as constatações dos grupos sobre as limitadas coesão e amplitude das abordagens teórico-conceituais em EJA; as excessivas dispersões quanto ao desenvolvimento e gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação nos países e, as inadequações quanto à sustentabilidade dos acordos de cooperação técnica internacional nos países latino-americanos.

Há que se criar condições humanas, institucionais e comunicativas para que se possa, de forma efetiva e continuada, reduzir as condições restritivas e, simultaneamente, consolidar as positivas, ampliando seus efeitos como forças de estimulação aos processos de formulação e implantação de políticas e programas de EJA na América Latina.

Para a concretização de ambientes sociotécnicos, organizacionais e instrumentais, capazes de propiciar maior capacidade institucional na redução das restrições, a UNESCO e a OEI apresentam a seguir algumas sugestões para uma atuação concreta e imediata dos países.

- ✓ Compor um comitê assessor para selecionar experiências avaliadas como *boas práticas* ou *de sucesso* para que possam ser divulgadas nos websites das duas organizações.
- ✓ Organização de comunidades de aprendizagem, nas próprias instituições envolvidas em EJA, com o objetivo de formar grupos de estudo para pensar, debater e propor sobre temas diversos como, por exemplo, fundamentação teórico-conceitual em EJA, significação humana e socioprofissional da EJA; bases curriculares em EJA; relações da EJA com o mercado - cadeias produtivas locais e regionais; integração entre educação superior e EJA.

- ✓ Programar mesas e sessões especiais, em eventos regionais, nacionais e internacionais, para a realização de discussões e proposições sobre a formação de redes interativas de comunicação intergovernamental sobre estratégias políticas e sistemas de avaliação de EJA.
- ✓ Ampliar os intercâmbios multilaterais entre os órgãos, dos diversos países latino-americanos, encarregados do levantamento, armazenamento e tratamento de dados e informações educacionais (como o INEP no Brasil), no sentido de iniciar procedimentos capazes de estabelecer coesão e integração entre os vários sistemas digitais e entre os conteúdos terminológicos, indicadores, critérios, parâmetros utilizados.
- ✓ Propor o mapeamento dos cursos de especialização sobre teorias e fundamentos em EJA existentes, em quais idiomas, quais as modalidades e quem são as entidades realizadoras.
- ✓ A partir do mapeamento dos cursos existentes, avaliar a proposta de um curso de especialização sobre teorias e fundamentos em EJA, no sentido de incluir princípios, teorias e práticas oriundos da Educação Popular e das abordagens holísticas em formação humana. A oferta deste curso poderia ser viabilizada por intermédio do Centro de Altos Estudos Universitários da OEI.
- ✓ Elaborar e aplicar instrumentos de avaliação de eficácia - resultados alcançados ao final da execução dos projetos de cooperação realizados. Elaborar e aplicar, também, instrumentos de avaliação de efetividade - impacto. A verificação de efetividade possibilita, após um período de tempo do fechamento dos projetos, a avaliação dos impactos/efeitos produzidos pela ação interveniente das atividades executadas. Esta proposta é um esforço para que os países possam aumentar a sustentabilidade (incorporação de conhecimentos e práticas) dos resultados dos projetos de cooperação internacional. E, além disso, possam também ultrapassar os limites da avaliação de progresso, geralmente circunscrita às avaliações de eficiência que, mesmo relevantes e indispensáveis, são apenas verificações parciais realizadas durante a execução de projetos de cooperação internacional.

5.2. Responsabilidades pela Atuação nos Países

Apenas como sugestão genérica para a distribuição de responsabilidades indispensáveis às ações concretas, estão relacionadas, a seguir, três áreas em que as pessoas, em cada país vão se envolver para a efetivação das atividades. Essas três áreas estão descritas as seguir.

a) Organização Institucional: refere-se às pessoas que irão se responsabilizar pela viabilização decisória juntos aos decisores máximos das organizações envolvidas (tanto ao nível político como técnico-especializado). Incluem-se nesta responsabilidade as apresentações e explicações feitas aos dirigentes sobre: os objetivos, metas, metodologias dos projetos/programas e beneficiários diretos e indiretos. Aos responsáveis pela viabilização decisória caberá, também, a explicação e detalhamento das demandas quanto ao envolvimento institucional, financiamentos e pessoal necessário para a execução.

b) Técnica-Operativa: os responsáveis por esta área de atuação vão se encarregar de formular os programas, projetos ou atividades que deverão ser executadas para a realização das ações. São os grupos de programação e que irão atuar em conjunto com os três outros grupos: dirigentes superiores, dirigentes intermediários e equipes técnicas.

c) Avaliação: é a área de atuação dos responsáveis pela formulação e aplicação de instrumentos e processos de avaliação de eficiência, eficácia e efetividade das ações executadas. As pessoas responsáveis pela avaliação manterão interface permanente com os demais grupos, uma vez que vão gerar insumos – indicadores – durante a realização das ações (eficiência); ao final da vigência do programa/projeto (eficácia) e, após um período de tempo da conclusão das ações (efetividade ou impacto).

5.2. Responsáveis pela Ação Concreta

<i>Ações e Responsáveis por Área</i>			
<i>Ações para uma Atuação Concreta dos Países</i>	<i>Responsáveis por Área de Atuação</i>		
	<i>Organização Institucional</i>	<i>Técnica-Operativa</i>	<i>Avaliação</i>
Compor um comitê assessor para selecionar experiências avaliadas como <i>boas práticas</i> ou <i>de sucesso</i> para que possam ser divulgadas nos websites das duas organizações.	Dirigentes Superiores do Governo	Equipes Técnicas do Governo	Equipes Técnicas do Governo
Organização de comunidades de aprendizagem, nas próprias instituições envolvidas em EJA, com o objetivo de formar grupos de estudo para pensar, debater e propor sobre temas diversos como, por exemplo, fundamentação teórico-conceitual em EJA, significação humana e socioprofissional da EJA; bases curriculares em EJA; relações da EJA com o mercado - cadeias produtivas locais e regionais; integração entre educação superior e EJA.	Dirigentes Intermediários do Governo	Equipes Técnicas do Governo	Equipes Técnicas do Governo
Programar mesas e sessões especiais, em eventos regionais, nacionais e internacionais, para a realização de discussões e proposições sobre a formação de redes interativas de comunicação intergovernamental sobre estratégias políticas e sistemas de avaliação de EJA.	Dirigentes Superiores do Governo	Dirigentes Superiores e Intermediários do Governo	Dirigentes Intermediários do Governo
Ampliar os intercâmbios multilaterais entre os órgãos, dos diversos países latino-americanos, encarregados do levantamento, armazenamento e tratamento de dados e informações educacionais (como o INEP no Brasil), no sentido de iniciar procedimentos capazes de estabelecer coesão e integração entre os vários sistemas digitais e entre os conteúdos terminológicos, indicadores, critérios, parâmetros utilizados.	Dirigentes Superiores do Governo	Dirigentes Superiores do Governo	Dirigentes Intermediários do Governo e Equipes Técnicas do Governo

(continuação)

<i>Ações e Responsáveis por Área</i>			
<i>Ações para uma Atuação Concreta dos Países</i>	<i>Responsáveis por Área de Atuação</i>		
	<i>Organização Institucional</i>	<i>Técnica-Operativa</i>	<i>Avaliação</i>
Propor um curso de especialização sobre teorias e fundamentos em EJA, no sentido de incluir princípios, teorias e práticas oriundos da Educação Popular e das abordagens holísticas em formação humana. A oferta deste curso poderia ser viabilizada por intermédio do Centro de Altos Estudos Universitários da OEI.	Dirigentes Superiores do Governo	Dirigentes Intermediários do Governo	Equipes Técnicas do Governo
Elaborar e aplicar instrumentos de avaliação de eficácia - resultados alcançados ao final de execução do projeto de cooperação. Elaborar e aplicar, também, instrumentos de avaliação de efetividade - impacto. A verificação de efetividade possibilita, após um período de tempo de conclusão do projeto, a avaliação dos impactos/efeitos produzidos pela ação interveniente das atividades executadas. Esta proposta é um esforço para que os países possam aumentar a sustentabilidade (incorporação de conhecimentos e práticas) dos resultados dos projetos de cooperação internacional. E, além disso, possam também ultrapassar os limites da avaliação de progresso, geralmente circunscrita às avaliações de eficiência que, mesmo relevantes e indispensáveis, são apenas verificações parciais realizadas durante a execução dos projetos de cooperação internacional.	Dirigentes Superiores do Governo e Dirigentes Intermediários do Governo	Dirigentes Intermediários do Governo e Equipes Técnicas do Governo	Dirigentes Intermediários do Governo e Equipes Técnicas do Governo

Anexo I – Lista de Participantes*

Cuba	C. MAURA TOMASEN LEÓN	Directora Nacional de la Educación de Adultos	Ministerio de Educación
Chile	GABRIEL ARÁNGUIZ RUZ	Coordinación Nacional de Educación de Adultos División de Educación General	Ministerio de Educación
República Dominicana	MIRIAM CAMILO	Directora General de Educación de Aadultos	Ministerio de Educación
El Salvador	MARÍA ANGELICA PANIAGUA	Directora del Programa Nacional de Educación Permanente de Jóvenes y Adultos y de Alfabetización	Ministerio de Educación
España	MARÍA JESÚS DEL RÍO ALCALDE	Subdirectoria general de aprendizajes a lo largo de la vida	Ministerio de Educación
Guatemala	DANIEL DOMINGO LÓPEZ	Viceministro de Educación Bilingüe e Intercultural.	Ministerio de Educación
Honduras	KENIA RODRÍGUEZ PADILLA	Sub Dirección EJA	Ministerio de Educación
Nicaragua	DAVID EFRÉN OTERO MENDIETA	Director General de Planificación y Programas Educativos	Ministerio de Educación
Panamá	OLGA MARINA MENDIETA	Directora Nacional de Jóvenes y Adultos	Ministerio de Educación
Paraguay	MARIA INES FLECHA	Directora General EJA	Ministerio de Educación y Cultura
Perú	LUIS ALBERTO HIRAOKA MEJIA	Director de la Dirección de Educación Básica Alternativa	Ministerio de Educación
Secretaria General	CARLOS ABICALIL	Director General De Educación, Ciencia y Cultura	OEI
OREALC/UNESCO Santiago	CECILIA BARBIERI	Especialista Senior en Educación	OREALC/UNESCO Santiago

CREFAL	MERCEDES CALDERON GARCIA	Directora General	CREFAL
BRASIL	LUCAS FONSECA	Editor	Revista Linha Direta
CEAAL	FRANCISCO CABRERA	Coordinador	CEAAL - Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe
CEAAL/PERU	CÉSAR PICÓN ESPINOZA	Miembro	CEAAL - Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe
ICAE/URUGUAY	CECILIA FERNANDEZ	Deputy Secretary General	ICAE - International Council for Adult Education
ICAE	SHERMAINE BARRET	Vice-President Caribbean	ICAE - International Council for Adult Education
ICAE	KATARINA POPOVIC	Secretary General	ICAE - International Council for Adult Education
CLADE/Brasil	CAMILLA CROTO	Coordinador General	CLADE/Brasil
ICAE/Rep. Dominicana	MARIA GRACIELA CUERVO FRANCO	Oficial de Programas	ICAE/ Rep. Dominicana
ICAE/Mexico	CARMEN CUENCA	Vice-Presidente	ICAE/Mexico
REPEM/Mexico	MALÚ VALENZUELA	Integrante	Red de Educación Popular entre Mujeres de América Latina y el Caribe
BRASIL	CARLOS SPEZIA	Especialista em EJA - Consultor	
ICAE-REPEM/Colombia	IMELDA ARAN A SÁENZ	Coordinación Nacional	ICAE-REPEM/ Colombia

ICAE/CEAG Brasil	MONICA SIMONS	Miembro/Directora	ICAE/CEAG Brasil
CREFAL	SARA ELENA MENDOZA ORTEGA	Consultora	CREFAL
CREFAL	OSCAR PARRA MEZA	Jefe de Departamento	CREFAL
CREFAL	PABLO FARIAS		CREFAL
FLACSO- Brasil	ANDRÉ LÁZARO	Pesquisador	FLACSO-Brasil
UNESCO- Brasil	DEMÉTRIO WEBER	Consultor	UNESCO-Brasil
UNESCO-Paris	CARLOS VARGAS TAMEZ	Senior Project Officer	UNESCO-Paris
NIU-USA	JORGE JERIA	Professor	NIU-USA
UFPB-Brasil	TIMOTHY IRELAND	Professor	UFPB-Brasil
BRASIL	SIMONIA PERES DA SILVA	Pedagoga	BRASIL
Unila-Brasil	LUIS EDUARDO PRADA	Professor	Unila-Brasil
INAE	KAMIL GERONIMO	Estudiante	INAE
CEAAL	ILEANA MALITO	Enlace Región Andina	CEAAL
ICAE	CLAUDIA PIOLI	Docente adultos	ICAE

ICAE-GEO	CARMEN COLAZO	Miembro Redes	ICAE-GEO
SE Bahia-Brasil	ALMÉRICO LIMA	Superintendente EJA	Secretaria de Educação da Bahia-Brasil
IPF	MOACIR GADOTTI	Diretor	IPF – Instituto Paulo Freire
IFSul-Brasil	GUILHERME REICHWALD Jr.	Docente/Gestor	IFSul-Brasil
ICAE	VIOLETA ACURA	Professor	ICAE

* Lista dos que assinaram a lista de presença.